

Indecisão diante da ação econômica

22 AGO 1985

André Gustavo Stumpf

Uma curiosa conspiração do destino está colocando o governo José Sarney diante de uma situação peculiar: a administração não enfrenta problemas políticos graves, pois os parlamentares estão se entredevorando em torno das eleições municipais — portanto ao largo das preocupações federais. Mas o desempenho da economia, diretamente vinculado a ação do governo, ameaça se transformar numa questão extremamente grave.

Todas as previsões feitas por especialistas em política brasileira, dentro e fora do País, falharam. A esperada convulsão social, mesclada a um descontrole do Governo Federal sobre a sociedade resultou numa espécie de milagre brasileiro. Milagre da convivência pacífica e da existência de antagônicos no mesmo espaço. Apesar do inesperado, o governo Sarney soube comportar-se com habilidade, contornando dificuldades e aprovando, rapidamente, todas as iniciativas de caráter político-partidário. Discute-se hoje o tipo de Constituinte e não mais a Constituinte em si mesma.

O governo foi se protegendo de cada um dos principais obstáculos político-partidários. Mas a principal barreira está sendo a eleição municipal. O País começa a mergulhar neste processo nervoso de onde emergirá com um quadro partidário substancialmente diferente. Os políticos poderão evoluir para uma aglutinação em torno de novas legendas. E ao redor de outros acordos. A eleição municipal vai, então, polarizar as atenções.

Mas, enquanto isto ocorre a inflação sobe. E sobe muito. Além das estimativas feitas pelos auxiliares diretos do presidente José Sarney. Há um mês falava-se numa inflação anual de 205%, depois que as tentativas do ministro Francisco Dornelles, da Fazenda, de jogar este número para baixo, foram vencidas. Dornelles aparentemente perdeu o primeiro round de uma batalha antiinflacionária para adversários que souberam impor seus argumentos ao estreito círculo presidencial.

No entanto, os índices inflacionários estão se tornando assustadores. O crescimento controlado da inflação, a idéia que foi manobrada pelo Planalto até há pouco, não está ocorrendo na realidade. A inflação disparou e os principais temores começam a ganhar uma enorme dramaticidade. O exemplo da Argentina, país vizinho, é em tudo muito assemelhado para ser repetido. Lá, o governo Alfonsín, envolto em promessas de elevação real dos salários, evitou durante um ano o acordo com o Fundo Monetário Internacional. O resultado é conhecido: quando chegou ao FMI, a Argentina sem fôlego, nem reservas, assinou o acordo possível. Isto é, o melhor acordo para os bancos.

O segundo momento deste processo de negociação também é largamente conhecido: a Argentina vive hoje a pior recessão de sua história e o Produto Interno Bruto conheceu uma retração de 15% em apenas dois meses. O processo recessivo argentino não mais está sob o controle daquele país. Ele foi determinado diretamente pela negociação com o Fundo

Monetário Internacional e pela inflação que ultrapassou a mil por cento. Aquele Alfonsín, com ares radicais, deu lugar a um outro presidente que persegue a negociação interna e externa. Os argentinos apenas aguardam que um dia o processo recessivo seja revertido.

Essa comparação não é particularmente inspiradora para a administração Sarney. O governo que não enfrenta problemas políticos sérios debate-se entre as diversas alternativas a seguir no trato da questão inflacionária. O ministro Francisco Dornelles conseguiu a prorrogação do prazo junto ao FMI e aos bancos e com isso jogou o problema para janeiro de 1986. Diz o ministro João Sayad que é fácil fazer acordos com o Fundo Monetário, mas é difícil consegui-los junto à comunidade financeira internacional. O FMI aceita o compromisso prévio, segundo essa interpretação. Por essa razão, aliás, o Brasil conseguiu mandar sete cartas de intenção. Todas devidamente aprovadas. E não cumpridas.

Ganhar tempo, diante de uma negociação e de uma definição deste quilate pode significar perder tempo. O acordo com o sistema financeiro internacional é uma realidade, impossível de ser relegada a plano menor. Afinal de contas, trata-se da saúde financeira do País. A maneira de encontrar o melhor acordo divide os especialistas e torna o governo prisioneiro de paralisia. Mas, para quem não enfrenta problemas graves na área político-partidária, o governo Sarney pode estar se demorando em sanear um setor que só depende da própria ação do Executivo para encontrar seu ponto de equilíbrio.